

ORIGENS E EVOLUÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL

Nilton Clóvis Machado de Araújo¹

RESUMO

Este trabalho apresenta um panorama da evolução histórica da indústria de alimentos do Rio Grande do Sul, com ênfase na sua distribuição espacial. Verifica-se que a indústria de alimentos gaúcha apresentou-se mais desconcentrada, em relação a indústria de transformação como um todo, e que sua distribuição espacial tendeu a seguir a distribuição das fontes de matérias-primas de origem agropecuária, situando-se em centros que ofereciam melhores condições de infraestrutura, e facilidades de acesso aos mercados, especialmente nos casos dos produtos voltados para fora do Estado. Esses resultados vêm ao encontro dos argumentos oferecidos pelas teorias da localização, no sentido de uma maior orientação para as fontes de matérias-primas e baixos níveis de exigência quanto ao fator mão-de-obra e aos fatores aglomerativos.

1. INTRODUÇÃO

A indústria de alimentos está inserida no chamado complexo dos agronegócios, que reúne o conjunto de atividades que abrangem a produção e distribuição de insumos rurais, a produção dos agricultores, o armazenamento e o processamento dos produtos rurais e seus subprodutos.² A indústria de alimentos, que corresponde ao último nível da cadeia do agronegócios, engloba um conjunto de atividades bastante heterogêneo, que vai desde o simples beneficiamento de produtos agropecuários, até atividades tecnologicamente complexas e de maior agregação de valor às matérias-primas agropecuárias.

Ao longo de sua história, o Rio Grande do Sul tem sido reconhecido pelo seu papel no fornecimento de produtos alimentares, *in natura* e industrializados, devido a sua especialização relativa neste segmento em nível nacional. As origens da indústria alimentar gaúcha remontam ao início na ocupação portuguesa, quando foram introduzidas na região as primeiras atividades

¹ Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor e pesquisador do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

² Considera-se neste trabalho indústria de alimentos, como englobando os setores classificados nos gêneros Produtos Alimentares e Bebidas, além do sub-setor de óleos vegetais em bruto do gênero Química, dos censos industriais do IBGE.

artesanais de beneficiamento de produtos agropecuários.³ A partir do início do século XIX essas atividades receberam impulso através das charqueadas e, ao longo deste mesmo século, a gama de produtos alimentares foi se tornando cada vez mais diversificada, em grande parte devido às atividades dos colonos de origem européia, em particular os de origem alemã e italiana, que contribuíram para consolidar a região como um centro de produção de alimentos processados. Como consequência disso, o surgimento da indústria gaúcha, a partir do final do século XIX, deu-se em grande parte em função das atividades da indústria alimentar. Essas atividades, apesar de terem perdido importância relativa ao longo do século XX, ainda se mantém como um dos gêneros industriais mais importantes do Estado.

A partir de uma análise superficial inicial, constata-se que a indústria de alimentos gaúcha encontra-se presente em praticamente todas as regiões do Estado, sugerindo um padrão de distribuição espacial menos concentrado do que a indústria de transformação como um todo. Essa constatação vem ao encontro de trabalhos que sugerem que a indústria de alimentos tende a apresentar exigências locacionais menores, em relação a maioria dos outros gêneros industriais, o que contribuiria para torná-la um instrumento privilegiado de políticas de incentivo ao desenvolvimento industrial de regiões pouco desenvolvidas. Nesse sentido, torna-se relevante uma análise mais detalhada da distribuição espacial da indústria de alimentos em um Estado com participação destacada neste gênero industrial. Nessa linha, este trabalho analisa as origens e a evolução da distribuição espacial da indústria de alimentos no Estado do Rio Grande do Sul e suas relações com as fontes de matérias-primas agropecuárias, mercados consumidores e outros fatores, como as economias e deseconomias de aglomeração, destacados pelas teorias da localização industrial.

2. ABORDAGENS DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Deve-se a Alfred Weber (1929) a primeira teoria elaborada sobre localização industrial, cujo trabalho original data do início do século XX. Embora Weber não tenha sido o primeiro autor a analisar o problema da localização industrial, seus trabalhos tornaram-se a principal referência para os desenvolvimentos posteriores sobre o tema, dando origem a chamada Teoria

³ Não estão sendo consideradas aqui as atividades de beneficiamento de produtos agropecuários desenvolvidas nas missões jesuíticas situadas no atual território gaúcho, que são anteriores a ocupação portuguesa do território.

Clássica da Localização. Essa linha de abordagem assume, na linha da teoria neoclássica da firma, racionalidade econômica por parte dos agentes econômicos e se detém na análise de três conjuntos de fatores para explicar as escolhas locacionais das firmas; os custos de transporte, os fatores relacionados com a mão-de-obra e os fatores aglomerativos e desaglomerativos.

Entre os fatores mais importantes, destacados por Weber e pelos autores que se seguiram, estão os custos de transporte das matérias-primas e do produto final. Uma razão para isso é a maior facilidade que esse fator oferece à análise formal do seu papel nas escolhas locacionais. Os modelos em geral buscam obter um ponto minimizador dos custos de transporte, levando em conta as localizações das fontes de materiais e do mercado do produto final. Na análise dos efeitos dos custos de transporte sobre a localização, Weber desenvolveu o chamado índice material (IM), que é dado pela relação entre o peso dos materiais localizados e o peso do produto final.⁴ Produtos com $IM > 1$ envolvem perda de peso no processo produtivo e tendem a ser localizados mais próximos das fontes de matérias-primas, enquanto produtos com $IM < 1$ envolvem ganho de peso no processo produtivo, tendendo a ser orientados para os mercados.

No que diz respeito ao fator mão-de-obra, seu papel é em geral analisado a partir da análise dos custos de transporte. Os aspectos considerados na análise da mão-de-obra dizem respeito a sua disponibilidade, custo e qualificação. No trabalho de Weber, a análise do fator mão-de-obra parte da localização de mínimo custo de transporte, considerando a possibilidade de desvios para locais que ofereçam mão-de-obra a custos baixos, levando em conta tanto sua eficiência quanto o nível salarial. Um local com baixo custo de mão-de-obra será escolhido pela firma se a economia oferecida superar o acréscimo nos custos de transporte em relação à localização minimizadora dos custos de transporte. Ainda em relação à orientação para mão-de-obra, Weber introduziu na análise o índice de trabalho (IT), dado pelo custo de trabalho por unidade de peso do produto. Esse índice, quando dividido pelo peso locacional (PL) da indústria, formando o coeficiente de trabalho, permite estimar a intensidade de atração da indústria para locais que ofereçam custos baixos de mão-de-obra.

Outros fatores introduzidos por Weber na análise da localização, foram as forças aglomerativas e desaglomerativas. Os fatores aglomerativos e desaglomerativos estão

⁴ Weber distingue os materiais entre materiais localizados e materiais ubíquos, sendo os primeiros encontrados em apenas alguns pontos e os segundos estando distribuídos uniformemente no espaço. Apenas os custos de transporte dos primeiros teriam um papel relevante nas escolhas locacionais.

relacionados, respectivamente, com as vantagens e desvantagens oriundas da concentração da produção em um determinado ponto. Entre as primeiras, estão as economias de escala (economias internas) e as economias resultantes da proximidade de outras indústrias e de melhores condições de infraestrutura urbana (economias externas). Entre as segundas, estão as desvantagens das aglomerações, derivadas do alto custo da terra, do maior congestionamento e da poluição, entre outras.⁵

Outros autores, a partir dos fatores destacados pela Teoria Clássica, introduziram outras variáveis na escolha da localização, como as preferências dos administradores (Townroe, 1969; Smith, 1971; Richardson, 1981). Esses autores, relaxando os pressupostos de informação perfeita e racionalidade econômica, enfatizaram que as escolhas locais não visam um objetivo único, a maximização dos lucros ou a minimização dos custos, mas buscam soluções satisfatórias, não necessariamente otimizadoras. Fatores como informação imperfeita, racionalidade limitada por parte dos tomadores de decisão e busca de objetivos próprios por parte dos administradores contribuiriam para desviar as decisões tomadas no mundo real do ótimo. Nesse contexto, a escolha da localização envolve considerações de ordem econômica e não econômica, em variados graus, incluindo entre estes últimos a busca da satisfação dos administradores, mesmo que restringida a obtenção de um lucro mínimo por parte da firma. Segundo Richardson (1981), em suas decisões locais, as firmas adotam objetivos limitados que garantam a sua sobrevivência no longo prazo e não levam em conta apenas os fatores tradicionais, mas também as motivações pessoais dos administradores, na forma de renda psíquica.

Ainda uma outra vertente de críticas à Teoria Clássica da Localização, aponta para a perda de importância sofrida por alguns fatores locais tradicionais na indústria moderna. Manzagol (1985) destaca os efeitos do processo de evolução tecnológica, através da produção de materiais mais leves, redução no peso dos produtos, elevação dos valores adicionados aos produtos e os aperfeiçoamentos dos sistemas de transporte, como fatores que têm contribuído

⁵ A partir do trabalho de Weber, diversos autores aperfeiçoaram a Teoria Clássica da Localização, destacando-se entre eles Hoover (1951), Greenhut (1956), Lösh (1957) e Isard (1972). Com relação aos custos de transporte, Hoover (1951) adotou hipóteses mais realistas, levando em conta aspectos como os efeitos de tarifas variáveis com a distância, a existência de um número limitado de vias de acesso e de diferentes meios de transporte (ferroviário, rodoviário e hidroviário, etc) sobre a escolha da localização. Dados os objetivos limitados deste trabalho, não se considerou necessária uma revisão exaustiva da literatura sobre localização industrial e sim apenas uma descrição sumária dos principais fatores locais. Para uma revisão detalhada da literatura sobre localização industrial, ver Araújo (1990).

para reduzir a importância dos custos de transporte na localização das empresas. Paralelamente a isso, as variações espaciais nos custos da mão-de-obra teriam se reduzido, devido ao progresso técnico e às reduções das diferenças regionais de salários. Nesse contexto, fatores como a qualificação da mão-de-obra e os fatores aglomerativos e desaglomerativos teriam aumentado de importância nas últimas décadas. Finalmente, cabe destacar o aprofundamento do processo de globalização econômica, com o conseqüente aumento dos investimentos diretos no exterior, tem contribuído para ampliar o espaço geográfico para as escolhas locais, especialmente nos casos de empresas que operam em uma perspectiva global.

No que diz respeito ao caso particular da indústria de alimentos, os argumentos teóricos sugerem que ela tende a apresentar características locais diferenciadas, em relação aos outros gêneros industriais. O fato de os processos produtivos de diversas atividades industriais neste segmento apresentarem perdas de peso significativas, sugere a predominância nestes setores de orientações para as fontes de matérias-primas. Ainda um outro fator que contribuiria para a orientação para as fontes de matérias-primas em muitas atividades, é a perecibilidade das matérias-primas. Os argumentos a respeito da perda de importância dos custos de transporte, apresentados anteriormente, não se aplicam a estas atividades, uma vez que os progressos tecnológicos não têm afetado de forma significativa essas atividades no que diz respeito aos custos de transporte.

Além disso, a relativa simplicidade e o uso de tecnologias relativamente pouco sofisticadas em muitas das atividades produtivas da indústria de alimentos, sugerem exigências relativamente modestas em termos de qualificação da mão-de-obra e fatores aglomerativos. No entanto, essas considerações seriam válidas para as atividades de simples beneficiamento de produtos agropecuários, mas não para atividades mais sofisticadas, característica de diversos segmentos da indústria alimentar moderna, que envolvem o uso de maior tecnologia e alta agregação de valor ao produto final. Finalmente, a predominância de empresas de pequeno e médio porte em alguns segmentos da indústria alimentar sugere menores níveis de racionalidade econômica e maior influência das preferências pessoais dos administradores nas escolhas locais. Essas hipóteses têm sido confirmadas por estudos empíricos que analisam as escolhas locais de firmas produtoras de alimentos. Araújo (1990), mostrou que o grau de racionalidade econômica envolvido nas escolhas locais da indústria de alimentos gaúcha foi menor no caso das empresas de mesmo porte.

3. A INDÚSTRIA ALIMENTAR GAÚCHA

3.1. ORIGENS E EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA ALIMENTAR GAÚCHA

Um dos fatores motivadores da ocupação portuguesa do território que hoje compreende o Estado do Rio Grande do Sul, a partir da primeira metade do século XVIII, foi a exploração dos rebanhos de gado bovino existentes na região. Esse gado, introduzido pelos Jesuítas durante as primeiras décadas do século XVII, havia se multiplicado em larga escala nas regiões de pastagens ao sul dos rios Jacuí e Ibicuí, ao longo dos séculos XVII e XVIII.

A ocupação do território deu-se através de acampamentos militares, que deram origem aos primeiros povoados, doações de grandes áreas de campos para a exploração do gado e do estabelecimento de colonos açorianos, que introduziram a agricultura na região. Esse processo de ocupação, desencadeado a partir do litoral e Vale do Baixo Jacuí, estendeu-se progressivamente para o interior, ao longo das regiões de pastagens, durante os séculos XVIII e XIX. A chegada de colonos alemães, a partir de 1824, e de italianos, a partir de 1875, que se estabeleceram em pequenas propriedades localizadas nos vales e encostas da Serra Geral, no nordeste da então Província, acelerou o processo de ocupação econômica do território, que só foi concluído com a colonização do Alto Uruguai, já nos anos trinta do século XX.

Apesar de já no final do século XVIII terem sido registrados moinhos artesanais de beneficiamento do trigo produzido nas áreas de colonização açoriana no Litoral e no Vale do Jacuí, além de outras atividades menos expressivas de beneficiamento de produtos agropecuários, a produção de charque pode ser considerada como a primeira atividade desta natureza a ser desenvolvida em escala significativa na Província (Santos, 1984). As charqueadas, que surgiram às margens do Baixo Jacuí e, principalmente, na área do atual município de Pelotas no início do século XVIII desenvolveram-se rapidamente durante as primeiras décadas deste século. Essas charqueadas utilizavam mão-de-obra escrava, matéria-prima oriunda da Região da Campanha e destinavam seu produto aos mercados do Centro e Nordeste do Brasil. Do início do século XIX, até as primeiras décadas do século XX, o charque manteve-se como o principal produto produzido e exportado pelo Estado. Outros produtos alimentares beneficiados produzidos na Província até meados do século XIX, foram as farinhas de trigo e mandioca, erva-mate, óleos vegetais e vinhos, todos em escala artesanal (Lagemann, 1978). O vinho, introduzido pelos povoadores de origem portuguesa, passou

também a ser produzido pelos colonos alemães estabelecidos na região de São Leopoldo e adjacências. Com a chegada dos colonos italianos, a partir de 1875, a produção vinícola passou progressivamente a concentrar-se nas áreas dos atuais municípios de Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves, onde estes colonos foram fixados.

No período compreendido entre meados do século XIX e o advento da República, a expansão do setor exportador da economia brasileira, situado no centro do País, ampliou consideravelmente o mercado nacional para os produtos da Província, como nos casos do charque e produtos oriundos da Região Colonial.⁶ Entre os produtos alimentares mais importantes produzidos na Região Colonial, estavam a banha, as farinhas de trigo e mandioca e o vinho. A farinha de mandioca e a banha eram, depois do charque, os principais produtos de exportação da Província no final do período, o que refletia a importância crescente da Região Colonial na economia gaúcha. Durante a segunda metade do século XIX também surgiram pequenas cervejarias, localizadas principalmente nos núcleos urbanos mais importantes, como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Nesse período, também surgiram charqueadas próximas às fontes de matérias-primas. A interiorização das charqueadas esteve relacionada com a implantação das primeiras ferrovias, ligando algumas cidades da Região da Campanha à Região de Pelotas-Rio Grande.

Durante o período compreendido entre a Proclamação da República e o início da I Guerra Mundial deu-se a consolidação da nascente indústria gaúcha (Lagemann, 1978). O crescimento dos mercados local e nacional, a disponibilidade de matérias-primas, oriundas principalmente da Região Colonial, e de capital acumulado nas atividades comerciais, estimulou os investimentos industriais, principalmente nos núcleos urbanos maiores e na Região Colonial, acelerando a tendência observada no período anterior. Além disso, as medidas tomadas pelo novo governo republicano em nível federal, desvalorizando a moeda, proporcionando maiores facilidades de acesso ao crédito e proteção tarifária, facilitaram o surgimento de um grande número de estabelecimentos industriais no período (Baer, 1988). No Rio Grande do Sul, do total de empresas recenseadas em 1920, 487 tinham sido fundadas entre

⁶ Utiliza-se neste trabalho o termo Região Colonial para designar, em sentido amplo, as áreas da metade norte do Rio Grande do Sul ocupadas, principalmente, por colonos alemães e italianos. O termo Região da Campanha é empregado, também em sentido amplo, para designar as áreas de pastagens ao sul e oeste do Estado. Oportunamente será utilizada a divisão do Estado em microrregiões homogêneas, de acordo com o critério do IBGE.

1980 e 1909, sendo 138 delas indústrias alimentares, enquanto das 82 empresas que tinham sido fundadas no período anterior a 1890, 22 pertenciam a este segmento (Roche, 1969).

Verificou-se, durante o período, o surgimento de estabelecimentos de maior porte, utilização mais intensiva de tecnologia importada e de energia e uma maior diversificação da produção. Apesar disso, a indústria de alimentos do Estado continuou baseada na produção de charque e banha, produtos destinados, principalmente o primeiro, ao mercado nacional. Dados do Censo de 1907 sobre as 100 maiores empresas manufatureiras do País, mostraram que 26 delas estavam localizadas no Rio Grande do Sul, sendo 21 delas indústrias de alimentos que geravam 3.652 empregos. Dessas empresas, 16 eram charqueadas, 3 refinarias de banha, uma produzia vinhos e a outra farinhas.

Na indústria do charque, prosseguiu a tendência, iniciada no final do Império, de desconcentração espacial da produção. Durante o período, foram fundadas diversas charqueadas no interior do Estado, especialmente na Região da Campanha, junto às áreas de grande produção de gado, como Quaraí (1894), Bagé (1897), São Gabriel (1898) e outras cidades. Foi determinante para esse deslocamento a integração ferroviária do Uruguai com a fronteira do Rio Grande do Sul e a ampliação da rede ferroviária do Estado. Nessa indústria também ocorreu alguma diversificação, com a introdução de produtos como conservas de carne enlatadas e extrato de carne (Marques, 1990).

Na Região Colonial, onde produzia-se salsichas, salames e presuntos, em escala artesanal, também surgiram pequenos frigoríficos (Lagemann, 1978). A produção de derivados de suíno estava associada à indústria da banha, que localizava-se nas áreas de colonização alemã e italiana, em municípios como Montenegro, Caí e Carlos Barbosa, e em Porto Alegre. A banha tornou-se, no período, o segundo produto do Estado em valor exportado, sendo superada apenas pelo charque (Pesavento, 1983).

No setor de vinhos, cada vez mais concentrado nas colônias italianas, surgiram as primeiras cantinas de maior porte, que empregavam alguma tecnologia moderna, ao lado das pequenas manufaturas e da produção familiar que permanecia ainda responsável pela maior parte da produção. Ainda no setor de bebidas, surgiram durante o período muitas cervejarias, com as de maior porte utilizando-se de tecnologia moderna. As cervejarias dependiam de insumos importados, como malte e lúpulo, e destinavam seu produto ao mercado local. Os estabelecimentos mais importantes localizavam-se junto aos maiores núcleos urbanos, como

Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Região Colonial, sendo Porto Alegre o maior centro produtor e consumidor.

Outro setor importante no período foi o de produção de farinhas de trigo e mandioca. A primeira, destinada ao mercado local, utilizava matéria-prima importada para complementar a produção insuficiente do cereal no Estado. A segunda destinava-se principalmente ao mercado nacional. A produção de farinhas era realizada, basicamente, por unidades artesanais, que no caso da farinha de mandioca estavam localizadas principalmente na área de colonização alemã. Durante o período também surgiram alguns moinhos de trigo de porte considerável em Caxias do Sul, Porto Alegre e Rio Grande, tendo sido fundado nesta última cidade, em 1894, o primeiro moinho do Estado com características manufatureiras (Pesavento, 1983).

O período seguinte, entre 1914 e 1920, foi caracterizado pela expansão da produção industrial brasileira, que foi estimulada pela quase eliminação da concorrência dos produtos importados, como consequência da I Guerra Mundial, e pela política de desvalorização da moeda. Alguns setores do gênero alimentar também foram beneficiados pela abertura dos mercados dos países europeus em guerra, como ocorreu no caso da indústria de carne bovina. Segundo dados do censo industrial de 1920, a indústria de alimentos representava 37,0 % do valor da produção industrial brasileira. No Rio Grande do Sul, essa participação atingia 64,1% do valor da produção total da indústria de transformação, evidenciando a especialização do Estado no gênero alimentar. No mesmo ano, a indústria de alimentos gaúcha foi responsável por 19,5% do valor da produção da indústria de alimentos brasileira, com participação mais destacada nos setores Abate, conservas e banha (51,4 %), Vinhos (52,7 %), Bebidas não-alcoólicas (20,0%), Cervejas (11,5 %) e Massas e biscoitos (11,5%).

O período que vai da década de vinte aos anos setenta, caracterizou-se por profundas mudanças estruturais na economia brasileira. A partir da década de trinta, medidas de controle cambial e de restrições às importações, colocadas em prática com o objetivo de resolver os problemas do balanço de pagamentos, estimularam a produção industrial substitutiva de importações de bens de consumo não-duráveis. Em uma segunda etapa, a partir dos anos quarenta, essas medidas passaram a ser utilizadas com a finalidade explícita de estimular o desenvolvimento industrial do País. Nessa fase, os estímulos foram orientados para a produção de bens de capital e semi-duráveis, o que levou a um incremento da participação dos gêneros industriais mais dinâmicos (como material elétrico, material de transporte e química) no produto industrial brasileiro, em detrimento dos segmentos mais tradicionais como a indústria

de alimentos. Entre 1920 e 1970, a participação da indústria de alimentos no valor da produção da indústria de transformação brasileira caiu de 37,0% para 22,1%. No Rio Grande do Sul, as mudanças estruturais também foram significativas, embora tenham ocorrido com algum atraso em relação às regiões mais dinâmicas do País. No Estado, apesar do crescimento dos gêneros industriais dinâmicos, a participação relativa da indústria de alimentos na produção industrial total manteve-se mais elevada do que a observada em nível nacional. Conforme mostrado na tabela 2, a participação da indústria de alimentos na produção da indústria de transformação passou de 64,1%, em 1920, para 31,9 %, em 1980.

A tabela 1 mostra a participação dos diversos setores da indústria alimentar gaúcha no valor da produção da indústria de alimentos nacional, entre 1920 e 1980, período coberto pelos Censos Industriais.

Tabela 1 - Participação Percentual da Indústria de Alimentos Gaúcha no Valor da Produção Nacional do Setor - 1920-1980

SETORES	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Óleos vegetais em bruto (a)	-	-	9,1	3,3	16,2	29,6
Beneficiamento e moagem	7,0	14,2	13,7	14,6	13,2	14,6
Conservas e refeições conservadas	6,8	12,7	7,6	17,1	7,3	9,6
Abate, conservas e banha	51,4	42,9	33,8	29,1	20,3	18,0
Preparação e conservas de pescado (b)	-	-	42,6	23,8	24,3	24,7
Chocolates e balas (c)	-	-	15,3	9,7	7,2	6,4
Massas e biscoitos	11,5	5,4	5,4	6,9	5,0	6,6
Produtos alimentares diversos	0,5	1,9	6,7	11,5	9,7	10,7
Vinhos	52,7	58,1	66,8	56,1	58,6	58,6
Cervejas e malte	11,5	16,2	9,2	6,7	11,9	16,6
Bebidas não-alcoólicas	20,0	14,0	11,2	9,6	7,8	10,3
Total da Indústria de Alimentos	19,5	16,6	13,2	12,5	11,3	13,6

Fontes: **Censos Industriais – Brasil e RS. 1920 a 1980.**

(a)- Não computados nos Censos de 1920 e 1940.

(b)- Em 1920 e 1940 foi incluído no setor Abate, conservas e banha.

(c)- O censo industrial de 1920 não informa para o RS. Incluído no setor de Massas e biscoitos em 1940.

Os dados da tabela 1 mostram a que a indústria alimentar gaúcha tinha no início do período uma participação expressiva na produção do gênero em nível nacional. No entanto, essa participação mostrou-se declinante ao longo da maior parte do período, caindo de 19,1% do valor da produção nacional, em 1920, para 11,3%, em 1970, e recuperou-se parcialmente em 1980, quando atingiu 13,6%. Os setores nos quais a participação gaúcha mostrou-se mais significativa foram Abate, conservas e banha, Preparação e conservas de pescado e Vinhos, embora tenha se mostrado declinante ao longo de todo o período. O Estado também apresentou participação significativa durante todo o período nos setores de Beneficiamento e moagem,

Cervejas e malte. A partir dos anos sessenta, a participação do Estado na produção de Óleos vegetais em bruto cresceu significativamente. Finalmente, em alguns setores a participação gaúcha na produção nacional variou consideravelmente durante o período, apresentando em alguns períodos participação elevada na produção nacional, como nos casos dos setores de Conservas e refeições conservadas e Bebidas não-alcoólicas.

A tabela 2 mostra a importância relativa dos diferentes setores no valor da produção da indústria gaúcha de alimentos durante o período 1920-1980. Verifica-se que os setores mais importantes foram os tradicionais setores de Abate, conservas e banha e Beneficiamento e moagem, embora o primeiro tenha perdido importância ao longo de todo o período, enquanto o segundo cresceu até os anos quarenta e passou a perder importância relativa a partir dos anos cinquenta. As mudanças mais notáveis foram o crescimento do setor de Óleos vegetais em bruto e a perda de importância relativa sofrida pelo setor de Abate, conservas e banha. Este último setor caiu de 75,8% da produção no início do período para 25 %, em 1980. Outros setores que cresceram em importância durante o período foram os de Produtos alimentares diversos (que incluem óleos refinados e margarinas) e Leite e laticínios. A maioria dos setores restantes apresentou participações pouco significativas e/ou um padrão de evolução pouco definido durante o período.

Tabela 2 - Participação dos Principais Setores no Valor da Produção da Indústria de Alimentos Gaúcha - 1920-1980

Setores	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Óleos vegetais em bruto (a)	-	-	2,6	1,2	8,7	24,8
Beneficiamento e moagem	12,4	23,8	36,2	34,4	26,4	17,5
Conservas e refeições conservadas	1,1	1,8	1,0	2,6	1,9	4,1
Abate, conservas e banha	75,8	56,2	36,3	36,4	30,7	25,0
Preparação e conservas de pescado (b)	-	-	1,4	1,5	2,5	2,2
Leite e laticínios	0,4	2,6	2,5	2,0	3,5	4,5
Padaria e confeitaria	-	5,3	5,3	3,9	4,0	1,4
Massas e biscoitos	1,6	1,7	1,1	1,9	1,3	1,3
Produtos alimentares diversos (c)	0,1	0,2	1,5	6,1	8,4	9,7
Vinhos	2,6	3,6	5,1	4,6	5,2	3,5
Cervejas e malte	4,9	3,8	3,2	1,9	2,6	2,6
Outros setores (d)	1,1	1,0	3,8	3,5	4,8	3,5
Ind.Alimentos/Ind. Transformação	64,1	57,9	54,9	48,5	39,1	31,9

Fonte: Censos Industriais - RS. 1920 a 1980.

(a)- Não incluído nos censos de 1920 e 1940.

(b)- Em 1920 e 1940 incluído no setor de Abate, conservas e banha.

(c)- Inclui Óleos refinados e margarinas, Outros e rações.

(d)- Inclui Fabricação e refinação de açúcar, Chocolates e balas, Outras bebidas alcoólicas e Bebidas não-alcoólicas

Entre as indústrias alimentares que mais se expandiram entre os anos vinte e os anos setenta, estavam as de beneficiamento de arroz (setor de Beneficiamento e moagem) e de óleos, farelo e outros derivados da soja (Óleos vegetais em bruto e Produtos alimentares diversos). Quanto à distribuição geográfica, a indústria de beneficiamento de arroz tendeu a acompanhar a evolução espacial das áreas de cultivo de arroz ocorrida durante o período, o que evidencia sua orientação predominante para as fontes de matérias-primas. A partir das regiões pioneiras do Vale do Jacuí e da Lagoa do Patos, a cultura do arroz e os estabelecimentos de beneficiamento expandiram-se para outras regiões do Estado, principalmente para a microrregião da Campanha. No final dos anos sessenta, a microrregião da Campanha já era a segunda do Estado na produção de arroz beneficiado, sendo apenas superada pela microrregião da Lagoa dos Patos (ADELA, 1976).

A expansão da produção de óleos vegetais, em bruto e refinados, margarina e farelo de soja, os três últimos classificados no setor de Produtos alimentares diversos, esteve relacionada com a introdução e expansão da cultura da soja no Estado. Embora já na década de 30 existissem indústrias de óleos vegetais em Pelotas (Pesavento, 1983), foi a partir da década de sessenta que este setor passou a assumir importância significativa na indústria de alimentos gaúcha. Em 1966, já existiam 27 empresas operando no Estado, cuja produção estava concentrada principalmente na microrregião de Porto Alegre, seguida da microrregião da Lagoa dos Patos e das principais áreas de cultivo de soja, como as microrregiões de Santa Rosa, Missões e Erechim (BRDE, 1969). Nesse caso, verifica-se a inexistência de uma orientação única em termos locais. Algumas indústrias escolheram locais próximos dos mercados (Porto Alegre), ou das vias de acesso aos mercados de fora do Estado (Lagoa dos Patos), enquanto outras localizaram-se próximas às fontes de matérias-primas.

No setor de Abate, conservas e banha verificou-se o crescimento da importância das carnes frigorificadas e o declínio do charque e da banha, esta última devido à difusão do uso dos óleos vegetais como produtos substitutos. A partir de meados da década de quarenta as charqueadas tradicionais praticamente desapareceram, muitas delas transformadas em cooperativas produtoras de carne frigorificada e charque (Pesavento, 1985). No final da década de cinquenta existiam 7 frigoríficos, 11 cooperativas e apenas 2 charqueadas, entre os 20 principais estabelecimentos da indústria de carne bovina no Estado. Esses estabelecimentos localizavam-se principalmente nas cidades de Pelotas, Rio Grande, Bagé, Santana do

Livramento e outros municípios localizados em áreas de produção pecuária, destacando-se os da microrregião da Campanha (Marques, 1990).

Quanto à sua distribuição geográfica, o conjunto da indústria de alimentos gaúcha apresentou-se pouco concentrada, quando comparada à indústria de transformação do Estado, durante o período 1920-1970. Como mostraram Alonso e Bandeira (1990), a produção industrial do Estado tendeu a concentrar-se no eixo Porto Alegre -Caxias do Sul durante todo o período, tendo ocorrido perda de importância relativa por parte das Regiões de Pelotas-Rio Grande e Campanha. Essa tendência deveu-se à concentração dos gêneros industriais mais dinâmicos, que apresentaram maior crescimento durante o período, no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. No caso da indústria de alimentos, o crescimento de algumas atividades importantes, como as de beneficiamento de arroz e de derivados de soja, deu-se de forma mais desconcentrada, devido à sua orientação para as fontes de matérias-primas. Além disso, as melhorias nas condições de infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações, ocorridas em algumas regiões do interior, contribuíram para que a tendência à concentração geográfica da produção não tenha se manifestado com a intensidade observada no conjunto da indústria de transformação.

As várias microrregiões Coloniais, com produtos como vinhos, laticínios, carne e derivados de suíno e, a partir dos anos sessenta, óleos e farelo de soja, e a microrregião da Campanha, com as indústrias de carne bovina e de beneficiamento de arroz, responderam por uma parte significativa da produção durante o período. Apesar disso, a microrregião de Porto Alegre e a Região Pelotas-Rio Grande (Lagoa dos Patos e Litoral Oriental da Lagoa dos Patos) permaneceram como as maiores concentrações da indústria de alimentos do Estado, destacando-se pela maior diversidade de atividades e pela presença de estabelecimentos de maior porte. A Região Pelotas-Rio Grande abrigava atividades mais voltadas para os mercados nacional e externo, como nos casos da indústria de pescado, conserva de frutas e legumes, arroz beneficiado, óleos vegetais e carne bovina.

Em 1927, segundo Singer (1977), Porto Alegre já se tornara o maior centro industrial do Estado, ultrapassando Rio Grande, tendo sua produção baseada principalmente na indústria de alimentos. Em 1958, segundo o mesmo autor, a Região de Porto Alegre respondia por 14,0% do valor de produção da indústria de alimentos e 27,0% da indústria de bebidas, o que conferia a esta região a liderança na indústria de alimentos do Estado. Embora não se disponha de dados que permitam um acompanhamento mais preciso da distribuição espacial da indústria

de alimentos gaúcha entre o final da década de vinte e os anos sessenta, é provável que a liderança da Região de Porto Alegre tenha se mantido durante este período, seguida pela Região de Pelotas-Rio Grande.

A partir de 1970, a disponibilidade de dados dos Censos Industriais permite que se tenha uma visão mais precisa da evolução da distribuição do emprego da indústria de alimentos entre as diferentes microrregiões do Estado. Na próxima seção são utilizados dados dos Censos Industriais, realizados entre 1970 e 1980, e do Anuário Estatístico da FEE, de 1988, com esse propósito.

3.2. EVOLUÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO NOS ANOS SETENTA E OITENTA

Durante as décadas de setenta e oitenta as modificações mais importantes observadas na distribuição espacial da indústria gaúcha - ocorridas principalmente nos anos setenta - foram a perda de importância relativa sofrida pelo município de Porto Alegre e o crescimento das participações do restante da Região Metropolitana e de algumas regiões próximas no valor da produção industrial (Bandeira e Gründling, 1988; Alonso e Bandeira, 1990). Esse tipo de movimento da indústria, dos grandes centros urbanos congestionados para as áreas próximas, foi também observado em outras regiões do País durante o período, fenômeno que foi chamado de processo de “desconcentração concentrada” por Azzoni (1986).

A evolução espacial do emprego da indústria de alimentos gaúcha entre as diversas microrregiões homogêneas, no período 1970-1987, é mostrada na Tabela 3 abaixo.⁷ A tabela 3 mostra que as maiores concentrações do emprego na indústria de alimentos durante o período estavam nas microrregiões da Lagoa dos Patos e Porto Alegre. Nessas microrregiões, destacavam-se os municípios de Pelotas e Porto Alegre como os mais importantes.

⁷ Foram mantidas as microrregiões homogêneas existentes no final do período estudado. A compatibilização dos dados da tabela 3 com a divisão de microrregiões atualmente utilizada pelo IBGE geraria uma série de dificuldades relacionadas com a criação de um grande número de novos municípios a partir dos anos noventa. Em um futuro estudo, que deverá atualizar os dados até os anos noventa, será empregada a classificação atualmente em uso.

Os dados da tabela 3 não incluem o setor de Óleos vegetais em bruto.

Os dados dos censos industriais subestimam o emprego total, devido à exigência de sigilo nos casos de municípios com um número pequeno de estabelecimentos.

A comparação entre os dados dos censos industriais e os fornecidos pelo Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul é possibilitada pelo uso de critérios semelhantes na classificação das empresas nos diferentes gêneros industriais.

Considerando-se conjuntamente as microrregiões da Lagoa dos Patos e Litoral Oriental da Lagoa dos Patos, na qual se destacava o município de Rio Grande, verifica-se que aproximadamente 40 % do emprego da indústria de alimentos gaúcha concentrava-se nas áreas de Porto Alegre e no eixo Pelotas-Rio Grande.

Tabela 3- Distribuição Espacial do Emprego da Indústria de Alimentos do RS - 1970-1987

Microrregiões	Emprego				Participação no emprego (%)			
	1970	1975	1980	1987	1970	1975	1980	1987
Porto Alegre	9.781	12.586	14.398	16.371	21,3	19,1	18,3	18,4
Colonial da Encosta da Serra Geral	1.67	2.314	2.603	4.584	3,4	3,5	3,3	5,1
Litoral Setentrional	583	1.339	1.430	1.116	1,2	2,0	1,8	1,3
Viniculтора de Caxias do Sul	4.244	6.155	7.742	8.074	9,2	9,3	9,8	9,1
Colonial Alto Taquari	790	978	1.292	1.232	1,7	1,5	1,6	1,4
Colonial do Baixo Taquari	2.123	2.623	4.139	5.893	4,6	4,0	5,3	6,6
Fumicultora de Santa Cruz do Sul	1.061	1.498	1.983	2.324	2,2	2,3	2,5	2,6
Vale do Jacuí	1.263	1.451	1.618	2.102	2,6	2,2	2,1	2,4
Santa Maria	992	1.346	1.562	1.278	2,1	2,0	2,0	1,4
Lagoa dos Patos	4.757	12.491	17624	19.267	10,4	18,9	22,4	21,6
Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	3.693	4.598	4.655	3.882	8,0	7,0	5,9	4,3
Lagoa Mirim	383	396	337	535	0,8	0,6	0,4	0,6
Alto Camaquã	244	332	283	553	0,5	0,5	0,4	0,6
Campanha	6.160	7.848	8.703	8.630	13,4	11,9	11,0	9,7
Triticulтора de Cruz Alta	1.082	1.023	744	998	2,3	1,6	0,9	1,1
Colonial das Missões	677	800	810	1.287	1,4	1,2	1,0	1,4
Colonial de Santa Rosa	1.285	1.654	2.161	1.812	2,7	2,5	2,7	2,0
Colonial de Iraí	679	874	1.123	787	1,4	1,3	1,4	0,9
Colonial de Erechim	2.056	2.512	2.221	4.992	4,5	3,8	2,8	5,6
Colonial de Ijuí	882	820	1.191	762	1,8	1,2	1,5	0,9
Passo Fundo	1.139	1.462	1.326	1.922	2,4	2,2	1,7	2,2
Colonial do Alto Jacuí	69	69	56	47	0,1	0,1	0,1	0,1
Soledade	128	108	133	160	0,3	0,2	0,2	0,2
Campos de Vacaria	290	678	660	560	0,6	1,0	0,8	0,6
Total da Indústria Alimentar	45.928	65.955	78.804	89.168	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: FIBGE, **Censos Industriais** – RS, 1970, 1975 e 1980.

FEE. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul**, 1988.

A maior parte do emprego restante esteve distribuído entre as microrregiões da Campanha, Viniculтора de Caxias do Sul e Coloniais do Baixo Taquari, Erechim e Encosta da Serra Geral, com destaque para as duas primeiras. A microrregião da Campanha concentrava 9,7 % do emprego em 1987, destacando-se os municípios de Bagé e Santana do Livramento, que responderam por 40,9 % do emprego. As microrregiões Viniculтора de Caxias do Sul e Coloniais do Baixo Taquari, Erechim e Encosta da Serra Geral reuniam conjuntamente 26,4 % do emprego da indústria de alimentos do Estado no final do período. Nessas microrregiões, os

municípios de Caxias do Sul, Montenegro, Bento Gonçalves, Garibaldi, Marau, Getúlio Vargas, Estrela e Lajeado concentravam aproximadamente 65 % do emprego.

Entre as microrregiões restantes, apenas as do Vale do Jacuí, Fumicultora de Santa Cruz do Sul, Colonial de Santa Rosa, Passo Fundo e Santa Maria tiveram algum destaque, com participações situando-se em torno de 2 % do emprego ao longo de todo o período estudado. Nessas microrregiões, destacavam-se os municípios de Santa Maria, Passo Fundo, Santa Rosa, Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul.

As mudanças mais importantes ocorridas na distribuição espacial do emprego da indústria de alimentos gaúcha, durante o período, foram o elevado crescimento relativo da microrregião da Lagoa dos Patos, durante os anos setenta, e as perdas de importância sofridas pelas microrregiões da Campanha, Litoral Oriental da Lagoa dos Patos e Porto Alegre, esta última durante os anos setenta. Outras microrregiões que elevaram suas participações no emprego foram as Coloniais do Baixo Taquari, Erechim e Encosta da Serra Geral, as duas últimas durante os anos oitenta. A microrregião Vinicultora de Caxias do Sul, a quarta em importância durante todo o período, manteve sua participação praticamente inalterada, em torno de 9 %.

O elevado crescimento do emprego observado na microrregião da Lagoa dos Patos deveu-se principalmente à expansão da indústria de conservas de frutas e legumes, que se concentrava no município de Pelotas. Essa microrregião ultrapassou a microrregião de Porto Alegre, durante a segunda metade da década de setenta, tornando-se a maior concentração do emprego da indústria alimentar gaúcha, posição mantida durante os anos oitenta. Em 1987, a microrregião da Lagoa dos Patos tinha uma participação de 21,6 % no emprego, enquanto a microrregião de Porto Alegre tinha 18,4 %. Observou-se nesta última microrregião uma estagnação do emprego, paralelamente ao crescimento do emprego observado no restante da Região Metropolitana, o que sugere um padrão do tipo “desconcentração concentrada”, observado para o conjunto da indústria gaúcha no período. Durante o período estudado, a participação da cidade de Porto Alegre no emprego da indústria de alimentos gaúcha caiu de 14,2% para 9,2 %, enquanto ao conjunto dos municípios restantes da microrregião elevou sua participação de 7,1% para 9,1%. As microrregiões Coloniais da Encosta da Serra Geral e do Baixo Taquari também ampliaram suas participações no emprego, elevando a concentração da indústria alimentar gaúcha no quadrante noroeste em torno de Porto Alegre.

As mudanças na distribuição espacial do emprego da indústria de alimentos gaúcha estiveram relacionadas com o crescimento dos setores de Leite e laticínios, Produtos alimentares diversos, Massas e biscoitos e Conservas e refeições conservadas, além da indústria de abate de aves, concentradas na microrregião de Porto Alegre, nas microrregiões coloniais próximas à capital e na microrregião da Lagoa dos Patos, esta última no caso do setor de Conservas e refeições conservadas. A perda de importância sofrida pelas microrregiões localizadas na metade sul do estado, exceto Lagoa dos Patos, deveu-se ao menor crescimento do emprego nas indústrias de carne bovina, beneficiamento de arroz e pescado, esta última concentrada em Rio Grande, predominantes nestas microrregiões.

O emprego nas microrregiões localizadas na metade meridional do Estado, com exceção das microrregiões da Lagoa dos Patos e Litoral Oriental da Lagoa dos Patos, esteve concentrado durante o período nas indústrias de beneficiamento de arroz e carne bovina. Na microrregião da Campanha, uma das mais especializadas nessas atividades, apenas os municípios de Bagé e Santana do Livramento exibiam uma maior variedade de atividades industriais. Nesse último município, instalaram-se, a partir de meados dos anos setenta, estabelecimentos vinícolas, atraídos pelas condições favoráveis de clima e solo para o cultivo de castas nobres. Essa abertura de uma nova região vinícola foi liderada por empresas de capital estrangeiro.

As microrregiões do Vale do Jacuí, Lagoa Mirim, Alto Camaquã, Santa Maria e Litoral Setentrional apresentaram o emprego concentrado nas indústrias de beneficiamento de arroz e de carne bovina. Dentre todas, somente a microrregião de Santa Maria abrigou uma maior variedade de estabelecimentos, registrando também a presença de indústrias de refrigerantes e de leite pasteurizado.

As microrregiões da Lagoa dos Patos e Litoral Oriental da Lagoa dos Patos apresentaram características diferentes das demais microrregiões da metade sul do Estado. Enquanto a microrregião do Litoral Oriental da Lagoa dos Patos teve seu emprego concentrado no setor de Preparação e conservas de pescado, a microrregião da Lagoa dos Patos permaneceu como uma das mais diversificadas do Estado durante o período, contando com estabelecimentos das indústrias de carne bovina e ovina, óleos e farelo de soja, beneficiamento de arroz, leite e laticínios, bebidas não-alcoólicas, doces e conservas de frutas e legumes, com destaque para esta última.

A microrregião de Porto Alegre foi a que apresentou a maior diversidade de atividades, com participação destacada no emprego das indústrias de abates de aves, moagem de trigo, torrefação e moagem de café, preparação de refeições industriais, chocolates e balas, padaria e confeitaria, leite e laticínios, massas e biscoitos, cervejas e malte, bebidas não alcoólicas e óleos e gorduras vegetais.

As microrregiões Coloniais da Encosta da Serra Geral e Baixo Taquari e as microrregiões Vinicultora de Caxias do Sul e Fumicultora de Santa Cruz também se caracterizaram pela distribuição do emprego entre vários setores do gênero alimentar, incluindo as indústrias de leite e laticínios, carne e derivados de suínos, abate de aves, carne bovina, massas e biscoitos, refeições conservadas, óleos e farelo de soja, moagem de trigo, refrigerantes, cervejas e vinho. No caso dos vinhos, o emprego esteve concentrado na microrregião Vinicultora de Caxias do Sul.

Outras microrregiões que se destacaram pela diversidade de atividades foram as Coloniais de Erechim e Santa Rosa e a microrregião de Passo Fundo. Na microrregião de Erechim o emprego esteve distribuído entre as indústrias de carnes e derivados de suínos e aves, balas erva-mate, óleos vegetais, laticínios e conservas de frutas e legumes e doces, sendo as duas primeiras as mais importantes. Nas microrregiões de Santa Rosa e Passo Fundo destacaram-se as indústrias de carnes e derivados de suínos e aves, óleos vegetais e laticínios. A microrregião de Passo Fundo também registrou a presença de indústrias de cervejas e refrigerantes.

Finalmente, no conjunto das microrregiões restantes, localizadas na metade norte do Estado, o emprego esteve distribuído principalmente entre as indústrias de carnes, bovina e suína, e derivados, óleos vegetais e, no caso da microrregião Colonial de Ijuí, laticínios e balas. Na microrregião Colonial do Alto Taquari também foram observadas atividades de beneficiamento de erva-mate e abate de aves.

A partir da evolução histórica da indústria de alimentos gaúcha apresentada na seção 3.1 e dos dados sobre a distribuição espacial do emprego nesta indústria, nas décadas de setenta e oitenta, pode-se extrair algumas conclusões sobre o seu comportamento locacional. Em primeiro lugar, conforme esperado, a distribuição espacial da indústria alimentar gaúcha indica uma forte orientação para as fontes de matérias-primas agropecuárias. Isso ocorre principalmente nas atividades que envolvem elevadas perdas de peso no processo produtivo, como nos casos dos frigoríficos e das atividades de beneficiamento de arroz.. A orientação

para as fontes de matérias-primas em certos casos também foi motivada pela perecibilidade e outras dificuldades relacionadas com o transporte das matérias-primas, como ocorreu com a indústria vinícola da região de colonização italiana e com a indústria de beneficiamento de pescado localizada em Rio Grande. Nesse sentido, pode-se afirmar que a evolução da distribuição espacial dos principais setores da indústria alimentar gaúcha tendeu a seguir a evolução espacial das atividades agropecuárias fornecedoras de matérias-primas. A esse propósito, é interessante mencionar que as atividades mais importantes da indústria alimentar gaúcha não dependiam de matérias-primas produzidas fora do Estado. Entre as exceções, estavam as indústrias de beneficiamento de café, chocolates, farinha de trigo e cerveja, esta última em sua fase inicial.

Outras atividades, como cervejarias, bebidas não-alcoólicas, refeições conservadas, massas e biscoitos, entre outras, tendem a se mostrar mais orientadas para os mercados, situando-se próximas dos centros consumidores. No caso das cervejarias e bebidas não-alcoólicas, ocorre grande ganho de peso no processo produtivo, a partir da agregação do insumo de maior volume, a água (que pode ser considerado um material ubíquo), o que explicaria uma orientação para os mercados. Ainda com relação à orientação para os mercados, Araújo (1990) encontrou evidências de que a preferência pela proximidade dos mercados tende a ser característica dos segmentos mais dinâmicos da indústria de alimentos, em geral situados nas etapas finais das cadeias produtivas. Nesses casos, as evidências sugerem que as etapas iniciais de processamento das matérias-primas agropecuárias, que envolvem maiores perdas de peso, tendem a localizar-se mais próximas às fontes de matérias-primas, enquanto as etapas seguintes tendem a se mostrar mais orientadas para os mercados.

No que diz respeito às economias e deseconomias de aglomeração, pode-se ver seu papel na tendência observada de deslocamento de certas atividades das regiões mais congestionadas, como Porto Alegre, para áreas relativamente próximas que ofereçam simultaneamente proximidade dos principais mercados e condições boas de infraestrutura, com a manutenção de economias de aglomeração. Isso sugere que, nesses casos, as vantagens da proximidade dos mercados foi superada por desvantagens oriundas da aglomeração dos grandes centros. Ainda com respeito aos fatores aglomerativos, apesar de muitas atividades da indústria alimentar terem se mostrado claramente orientadas para as fontes de matérias-primas, isto não significa que elas não exijam condições mínimas de infraestrutura (vias adequadas de acesso, meios de comunicação, fornecimento confiável de energia) e a presença de economias

de aglomeração na escolha da localização. Isso é apoiado pela constatação de que, apesar da relativa desconcentração da produção da indústria de alimentos no Estado, sua distribuição não mostrou-se uniforme ao longo de todo o território, apresentando-se concentrada em alguns poucos centros localizados no interior das diferentes regiões. A escolha desses centros provavelmente deveu-se ao fato deles oferecerem condições mínimas de infraestrutura e economias de aglomeração, mesmo que em pequena escala, ao mesmo tempo que situavam-se próximos às áreas produtoras de matérias-primas.

4. CONCLUSÕES

Verificou-se que as principais atividades da indústria alimentar do Estado do Rio Grande do Sul desenvolveram-se especialmente vinculadas à produção agropecuária local e parcialmente voltadas para mercados situados fora do Estado, especialmente para o mercado nacional.

O surgimento e o desenvolvimento de indústrias alimentares voltadas para o mercado nacional estiveram associados às vantagens comparativas oferecidas pelo Estado na produção agropecuária, em relação a outras regiões do País, derivadas de fatores como condições ecológicas favoráveis à produção de certas culturas, qualidade das pastagens, pioneirismo na introdução de culturas agrícolas e uso de novas técnicas de produção, além de outros fatores de natureza histórica e cultural. Esses fatores contribuíram, em muitos casos, para superar as desvantagens do maior distanciamento dos principais mercados e para firmar o Rio Grande do Sul como Estado fornecedor de alimentos industrializados para o mercado nacional, condição que, apesar de declinante, em parte ainda se mantém até os dias de hoje.

Com respeito à distribuição espacial da indústria alimentar gaúcha, que mostrou-se menos concentrada em relação ao conjunto da indústria de transformação do Estado, verificou-se que as Regiões de Pelotas-Rio Grande, Porto Alegre e as Regiões Coloniais, com destaque para as mais próximas da capital, concentraram a maior parte do emprego, caracterizando-se também pela maior diversidade da produção. A maior densidade populacional, a menor concentração de renda e a produção agropecuária diversificada das áreas próximas estiveram na origem do desenvolvimento da indústria de alimentos nas duas últimas regiões. Nessas regiões a produção, inicialmente voltada para o mercado local, passou a dirigir-se ao longo do

tempo para o mercado nacional. A região de Porto Alegre, além de concentrar o maior mercado do Estado, beneficiou-se das facilidades de acesso às áreas coloniais próximas e da condição de escoadouro da produção diversificada destas áreas para os mercados de fora do Estado.

A indústria de alimentos da Região Pelotas-Rio Grande desenvolveu-se a partir da indústria de carne bovina, cuja matéria-prima provinha da Região da Campanha, e diversificou-se ao longo do tempo, voltada principalmente para mercados de fora do Estado. Essa diversificação esteve, em parte, relacionada com a introdução de novas culturas agrícolas na região, como nos casos das indústrias de beneficiamento de arroz e de conservas, além das facilidades de acesso aos mercados de fora do Estado (nacional e internacionais) e das economias de aglomeração proporcionadas pelas indústrias pioneiras na região.

No restante do Estado, especialmente nas áreas situadas em sua metade meridional, a baixa densidade populacional e a pequena diversificação da produção primária, baseada principalmente na pecuária e, mais recentemente, na cultura do arroz, limitaram a indústria alimentar a poucos produtos e a um número pequeno de concentrações industriais significativas. Nessa áreas, as atividades industriais mostraram-se fortemente vinculadas à produção agropecuária e tenderam a concentrar-se em pontos que ofereciam condições de infraestrutura adequada e algum nível de economias de aglomeração.

Finalmente, verificou-se que, apesar da relativa desconcentração geográfica da indústria de alimentos gaúcha, suas atividades tenderam a concentrar-se em um número relativamente reduzido de municípios, com produção, em muitos casos, diversificada, não sendo observada grande dispersão no interior das diversas regiões. Isso sugere que não basta a disponibilidade de matérias-primas para atrair indústrias, mas também importa a existência de condições de infraestrutura, em termos de acesso aos mercados, comunicações, e outras economias de aglomeração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELA – ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS. **A Estrutura da Indústria de Alimentos no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, BRDE, 1976.
- ALONSO, José A.F. e BANDEIRA, Pedro S. Crescimento Inter-Regional no Rio Grande do Sul, nos Anos 80. In: FEE. **A Economia Gaúcha nos Anos 80**. Porto Alegre: 1990. Tomo 1, p. 67-130.
- ARAUJO, Nilton Clóvis Machado de. **Fatores Locacionais da Agroindústria Alimentar do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dezembro de 1990. (Dissertação de Mestrado em Economia)
- AZZONI, Carlos Roberto. **Indústria e Reversão da Polarização no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, 1986. (Ensaio Econômico, 58)
- BAER, Werner. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- BANDEIRA, Pedro S. e GRÜNDLING, Nilton A. **Distribuição Geográfica do Crescimento Industrial do Rio Grande do Sul – Década de 70**. Porto Alegre: FEE, 1988.
- BRDE. **A Indústria de Óleos Vegetais Comestíveis no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1969.
- FEE (Fundação Gaúcha de Economia e Estatística). **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul – 1988**. Porto Alegre, 1989.
- FIBGE. **Censos Industriais – 1920-1980**.
- GREENHUT, Melvin L. **Plant Location in Theory and Practice**. The University of North Carolina Press, 1956.
- HOOVER, Edgar M. **Localización de la Actividad Económica**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1951.
- ISARD, Walter. **Location and Space-Economy**. Cambridge: The MIT Press, 1972.
- LAGEMANN, Eugênio. **A Industrialização do Rio Grande do Sul: um Estudo Histórico**. Porto Alegre: IEPE/UFRGS, 1978. (Relatório de Pesquisa, 4)
- LÖSH, August. **Teoria Económica Espacial**. Buenos Aires: El Ateneo, 1957.
- MANZAGOL, Claude. **Lógica do Espaço Industrial**. São Paulo: DIFEL, 1985.
- MARQUES, Alvarino da F. **A Evolução das Charqueadas Rio-Grandenses**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **RS: Agropecuária Colonial e Industrialização.** Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1983.

----- **História da Indústria Sul-Riograndense.** Guaíba: Riocell, 1985.

RICHARDSON, Harry W. **Economia Regional: Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ROCHE, Jean. **Colonização Alemã no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTOS, Corcino M. dos. **Economia e Sociedade no Rio Grande do Sul: século XVIII.** São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

SICRS (Secretaria da Indústria e Comércio do Estado do Rio Grande do Sul). **Panorama da Indústria Gaúcha e a Atuação da Secretaria da Indústria e Comércio.** Porto Alegre, janeiro de 1987.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.

SMITH, David. **Industrial Location: an Economic Geographical Analysis.** New York: John Wiley & Sons, 1971.

TOWNROE, P. M. Locational Choice and the Individual Firm. **Regional Studies**, v. 3, p. 15-24, 1969.

WEBER, Alfred. **Theory of the Location of Industries.** Chicago: The University of Chicago Press, 1929.

